

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

SALVADOR ALLENDE E O MITO DA ESTABILIDADE CHILENA

Ana Cristina Augusto de Souza*

Resumo

Este artigo caracteriza e analisa a chamada "via chilena" proposta pelo presidente chileno Salvador Allende para implantar o socialismo no Chile entre 1970 a 1973. O objetivo é demonstrar a importância do mito da estabilidade política do Chile sobre essa proposta, bem como sobre a atuação política de Allende no período, em contexto de Guerra Fria. Para tanto, utiliza extenso material baseado nos discursos e entrevistas concedidas pelo presidente à imprensa chilena e estrangeira, assim como a intelectuais independentes. O entendimento da influência deste mito na atuação política do presidente Allende possibilita explicar os caminhos perseguidos por Allende para implantar o socialismo democrático no Chile entre 1970 e 1973.

Palavras-chave: Salvador Allende, Democracia Socialista, Estabilidade Política Chilena, Via Chilena.

Abstract

This article aims to describe and analyze the so-called "Chilean way" proposed by the Chilean president Salvador Allende to establish socialism in Chile from 1970 to 1973. The objective is to demonstrate the importance of the myth of Chilean political stability over this proposal and his political action in the context of Cold War, through an extensive material based on his speeches and interviews given to the Chilean press and foreign, as well as to independent intellectuals. Understanding the influence of this myth in the political actions of President Allende explains some of the ways he pursued to create the democratic socialism in Chile between 1970 and 1973.

Key words: Chile; Salvador Allende; democratic socialism; Chilean political stability; Chilean Way.

* Licenciada em História e Mestre em Ciência Política pelo PPGCP/UFRJ.
Recebido para publicação em 11/11/2006. Aprovado em 15/01/2007.

INTELLECTOR

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

www.revistaintellecto.cenegri.org.br

“A revolução cubana foi regada a rum e açúcar. A do Chile se fará regada a vinho tinto” (Salvador Allende, 1971).

“... Claro está que este caminho também tem que se fazer num país onde as Forças Armadas têm uma tradição profissional e, por isso, têm de se adequar e ser adequadas ao que é ser um fator de defesa do status quo, como o são tradicionalmente todas as Forças que têm de apoiar outro regime, outro sistema; mas como são forças profissionais, no Chile, respeitosas da Constituição e da lei, e nós estamos fazendo as coisas dentro dessa Constituição e da lei, seguiremos o nosso caminho.” (Salvador Allende, 1971)

“Não vejo porque temos de ficar parados, enquanto um país se torna comunista pela irresponsabilidade de seu povo”.

(Henry Kissinger, chefe do Conselho de Segurança Nacional dos EUA entre 1969 e 1975 e secretário de Estado entre 1973 e 1977. Prêmio Nobel da Paz em 1973).

“Em Setembro de 1973, a opinião pública francesa tomava conhecimento, entre horrorizada e surpresa, do militarismo latino-americano em sua modalidade mais violenta, a que estava sendo aplicada no Chile. Mesmo as pessoas de esquerda tinham ficado indiferentes ao massacre da Indonésia. Mas na França, haviam investido de tal forma na “via chilena”, dando opiniões contra ou a favor, apoiadas em similaridades nominais e duvidosas, que todos se apressaram em exorcizar esse golpe de Estado tão pouco exótico e tão diferente dos acidentes que só acontecem com os outros (...)” (Alain Rouquié, 1984. Pág.13)

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

INTRODUÇÃO

No dia 10 de Dezembro de 2006, o governo do Chile anunciou a morte de Augusto Pinochet Ugarte, ex-presidente do país de 1973 a 1990. Pinochet contava então 91 anos de vida e 27 anos na liderança de uma ditadura militar feroz no Chile. O ex-ditador não recebeu honras fúnebres como ex-chefe de Estado, mas sim como ex-comandante-chefe do Exército. A atual presidente do Chile, Michelle Bachelet, torturada durante o regime militar no país, não decretou luto oficial nem compareceu ao enterro de Pinochet. Enviou, em seu lugar, a ministra da defesa, Vivianne Blanlot. A morte de Pinochet não foi lamentada oficialmente por nenhum governo na comunidade internacional¹.

Manifestantes que comemoravam a morte de Pinochet levantaram barricadas de fogo ao anoitecer nos bairros da periferia de Santiago. Junto a fogueiras improvisadas, jovens encapuzados obstruíam o trânsito e jogavam pedras contra a polícia. Novas manifestações causaram feridos, depredação de alguns estabelecimentos comerciais e um grande número de detidos². Se, de um lado, a morte do ditador aparentemente gerou imensos distúrbios na capital, de outro, pôs fim a um longo processo de instabilidade política gerada no Chile em 1998, a partir de sua prisão em Londres, em razão do pedido de extradição para julgamento na Espanha feito pelo juiz espanhol Baltazar Garzón. As acusações versavam de uma forma geral sobre a violação aos direitos humanos de cidadãos espanhóis que estavam no Chile na época da ditadura de Pinochet. Referiam-se, em especial, a genocídio, terrorismo e tortura. No decorrer do processo, surgiram ainda outras referentes a seqüestros, corrupção e evasão fiscal. Depois disso, mais de 300 queixas contra ele foram apresentadas no Chile³.

A instauração de tais processos contra Pinochet lançou luz sobre um passado recente do Chile, considerado tabu até então pelos próprios chilenos, que viram o seu espaço de discussão política limitado pelos longos anos de repressão militar verificados a partir do golpe de 1973. A instabilidade política gerada por tal acontecimento no país demonstrou ao mundo de forma bastante evidente que o passado chileno ainda não foi definitivamente enterrado, como insistem

¹ Jornal O Globo on line. *Pinochet não receberá honras fúnebres como ex-chefe de Estado*. Disponível em www.oglobo.globo.com/mundo/mat/2006/12/10. Acesso em 12/12/06

² Idem.

³ Idem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

em afirmar os militares. Ao contrário, representa um forte indício de que o povo chileno ainda possui muitas cicatrizes provocadas pela brusca interrupção de uma reconhecida tradição democrática, que culminara em 1970 na eleição presidencial de Salvador Allende, militante do Partido Socialista Chileno (PSCh).

O político socialista Salvador Allende Gossens, candidato da Unidad Popular (UP), uma coalizão de seis partidos de esquerda – encabeçados predominantemente pelos partidos socialista e comunista chilenos –, chegou à Presidência da República no Chile com 36,3% dos votos populares, vencendo a direita, representada pelo Partido Nacional (PN), e o Partido Democrata-Cristão (PDC), opção de centro-esquerda, cujas votações alcançaram respectivamente as somas de 34,9% e de 27,8% dos votos. A plataforma política da UP previa desde a campanha eleitoral a nacionalização dos recursos básicos da economia, a reforma agrária e a transferência do poder aos trabalhadores chilenos, por meio da institucionalização de um socialismo democrático no país.

A proposta socialista de Allende – a via chilena – ancorava-se em preceitos democráticos que visavam, dentro dos moldes constitucionais já existentes, a preparação do país para a implantação pacífica do regime socialista. Isto é, uma revolução sem guerra civil ou ditaduras. Essa proposta gerou no seio da própria esquerda chilena diversas controvérsias que produziram a médio prazo a sua divisão interna e o seu conseqüente enfraquecimento em face da oposição posteriormente unificada.

Inserida num momento de polarização mundial gerada pela Guerra Fria, a opção chilena chamou a atenção do mundo inteiro, despertando tanto a simpatia de uns quanto o temor de outros. Enquanto artistas e intelectuais estrangeiros viajavam ao Chile, curiosos em relação a esta nova via de alcance ao socialismo que se proclamava independente do modelo soviético e em busca de um caminho próprio adequado à realidade latino-americana do Chile, o Governo norte-americano de Nixon e todo o seu aparelho de inteligência organizavam já, desde muito antes da posse de Allende, um grande plano para a desestabilização de seu governo socialista.

Entre as peculiaridades enunciadas pela via chilena estavam a neutralidade do governo perante o socialismo soviético e a transição pacífica e institucional ao socialismo a ser respaldada

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

pela reconhecida trajetória política democrática e legalista do líder chileno Salvador Allende. A originalidade dessa nova via ao socialismo só poderia ser materializada num país que possuísse algo de também original: o apego à legalidade e a estabilidade política necessários a um empreendimento deste porte. E isso o Chile tinha, aparentemente de sobra, se comparado aos demais países do cone Sul, que caíam como peças de dominó na sucessão de golpes militares nos anos 1960 e 1970. E foi nisso que Salvador Allende se agarrou: na estabilidade política chilena, baseada no forte respeito às instituições e à legalidade constitucional, a qual, a seu ver, seria capaz de suportar a ousadia de sua proposta.

Essa crença, no entanto, não atingiu somente os chilenos e seu presidente socialista, como se poderia supor. Importantes intelectuais da Ciência Política da época deixaram-se impregnar pela mesma impressão dos chilenos. A estabilidade política latino-americana fora, em princípios dos anos 1960, um tema muito importante na agenda da Ciência Política contemporânea, especialmente em razão dos golpes militares que se sucediam no continente. Cientistas se esforçavam no sentido de estabelecer uma tipologia política das democracias estáveis e instáveis na América Latina. Uma das análises mais famosas do período foi a do cientista político e historiador norte-americano Edwin Lieuwen⁴. Nela, a valorização da famosa estabilidade política chilena e o pequeno número de incidentes militaristas no país tornaram o Chile uma democracia bastante confiável. O mesmo ocorreu com a democracia uruguaia.

Segundo o modelo desse pesquisador, os militares chilenos haviam concluído, ao menos virtualmente, a transição de uma participação política ativa no governo para uma posição de neutralidade profissional. Para Lieuwen, embora o Chile possuísse ainda muitos problemas sociais por resolver, uma evolução democrática de seus problemas estaria mais de acordo com a tradição política do país do que soluções autoritárias ou revoluções violentas⁵. A aposta na estabilidade política de determinados países, entre eles o Chile de Allende, gerou aquilo o que eu aqui denomino de “mito” – ou “credulidade”, segundo Alain Rouquié⁶ – em torno da democracia chilena. Esse mito atingiu não só os chilenos, mas principalmente um importante segmento do discurso científico ocidental produzido na época, como vimos em Lieuwen.

⁴ Edwin Lieuwen. *Arms and politics in Latin America*. Nova York, 1960

⁵ Edwin Lieuwen. *Arms and politics in Latin America*. Nova York, 1960. pág.169

⁶ Alain Rouquié. *O Estado militar na América Latina*. Trad. Leda Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Omega, 1984. Pág.15

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

Assim, o presente artigo tem por objetivos: 1) Caracterizar e analisar a chamada “via chilena” proposta por Salvador Allende no decorrer do seu mandato presidencial, especificando a sua singularidade no contexto latino-americano da época, assim como na cultura política das esquerdas chilenas em questão e 2) Perceber, através dos discursos proferidos e entrevistas concedidas à imprensa chilena, bem como a alguns intelectuais estrangeiros, o alcance do “mito da estabilidade chilena” na atuação presidencial de Allende no Chile, no contexto mundial de Guerra Fria. Verificar o alcance desse “mito” e a sua influência sobre a atuação do Presidente Allende torna-se a chave-mestra do presente trabalho na medida em que possibilita auxiliar na compreensão dos caminhos perseguidos obstinadamente por Allende em torno da implantação do socialismo democrático no Chile, quando na Presidência da República.

Para tanto, os documentos selecionados para análise se apóiam basicamente na produção escrita – discursos e entrevistas – do líder socialista chileno Salvador Allende entre os anos de 1969 e 1973, período que compreende o início de sua campanha eleitoral, a sua vitória nas urnas e o mandato presidencial de fato, interrompido em 1973. Os textos em questão foram coletados por pessoas próximas ao Presidente, tais como Joan Garces e Victor Pey, e estão reunidos no livro já esgotado “*Obras escogidas de Salvador Allende*”⁷, editado em 1992, que segue a seleção de discursos políticos proferidos no Partido Socialista Chileno, de cartas diplomáticas e pessoais, assim como de suas intervenções junto ao Parlamento.

Utilizo também os volumes 1 e 12 de uma grande coletânea concluída em 1990, que totaliza vinte volumes, chamada “*Archivo Salvador Allende*”⁸, produzida pelo Centro de Documentación da Fundação Salvador Allende, no Chile, em aliança com as universidades mexicanas, através do esforço de exilados chilenos no México. Esse arquivo tem como propósito ser o acervo mais completo sobre a vida e a obra de Salvador Allende ao longo de sua trajetória política.

1. A VIA SOCIALISTA DE SALVADOR ALLENDE NO CONTEXTO DA ESQUERDA CHILENA DA DÉCADA DE 1970

⁷ Allende, S. *Obras escogidas: 1908-1973*. Madrid: Ediciones del centro de estudios latinoamericanos Simón Bolívar/ Fundación Presidente Allende, 1992

⁸ Selser, G. et Witker, A. (orgs). *Archivo Salvador Allende*. Santiago: Edição CDFSA, 1990. Volumes I e XII.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

Partindo da premissa de que se deve estabelecer a distinção entre o projeto da via chilena, como a proposição de uma via de transição democrática ao socialismo, e o processo de sua implantação no Chile, protagonizada pelo governo da UP entre os anos de 1970 e 1973, o historiador Alberto Aggio defende a tese de que “é equivocada a avaliação de que o fracasso da experiência chilena corresponda ao maior exemplo histórico da impossibilidade de uma via democrática ao socialismo”⁹.

Segundo a sua tese, “a experiência chilena foi marcada por desacertos derivados tanto por uma compreensão bastante diversa, no interior da UP, do que estava anunciado no projeto de Allende”, quanto pelas insuficiências decorrentes “dos limites impostos pela cultura política das esquerdas chilenas” no momento em questão, o que acabou por “impossibilitar a identificação integral entre a via chilena e uma via democrática ao socialismo”¹⁰.

Como protagonista central do dilema chileno, Allende foi o ator político que mais buscou a conexão entre os dois principais discursos predominantes no interior da UP, a saber, o do Partido Comunista Chileno (PCCh) e o do Partido Socialista Chileno (PSCh). Embora divergentes com relação à condução do projeto socialista no Chile, ambos os partidos concordavam que a superação do Estado burguês se concluiria obrigatoriamente com a instalação da ditadura do proletariado. A estratégia de Allende ganhou autonomia, a partir do momento em que, a despeito de fundar-se nos mesmos elementos teóricos do PCCh e do PSCh, ele desenvolveu uma abordagem diferente em relação a eles: a concepção de que a manutenção integral da democracia identificava-se plenamente com o projeto em curso. Desta forma, o discurso presidencial afirmou-se com uma linha própria e acabou integralmente identificado com o projeto da via chilena ao socialismo¹¹.

Para Allende, implantar “um segundo caminho para o socialismo” demandava enfatizar a necessidade da criação teórica, a qual, ao ser elaborada no interior de um processo igualmente inédito, significaria a realização da própria teoria. No seu pensamento, um processo tão original

⁹ Aggio, Alberto. “Experiência chilena e via chilena ao socialismo: um estudo crítico da cultura política da Unidad Popular no Chile (1970-1973)”. *Revista de História da UNESP*. São Paulo, vol. 11, 1992. Pág. 57

¹⁰ Idem.

¹¹ *Ibidem*. Pág. 65

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

como o chileno exigiria a busca de soluções concretas para o seu desenvolvimento, adequadas às peculiaridades históricas do país. Tais respostas, por oposição ao pensamento de diversos setores da esquerda, não seriam encontradas prontas na teoria:

“Em termos mais diretos, nossa tarefa é definir e pôr em prática, como a via chilena ao socialismo, um modelo novo de Estado, de economia e de sociedade, centrado no homem, nas suas necessidades e nas suas aspirações... Não existem experiências anteriores que possamos usar como modelo, temos que desenvolver a teoria e a prática de novas formas de organização social, política e econômica, tanto para a ruptura com relação ao subdesenvolvimento, como para a criação socialista...”¹²

A maior referência, tanto do ponto de vista teórico quanto político, da estratégia utilizada por Allende ao longo do seu governo encontra-se no discurso enunciado em cinco de maio de 1971, intitulado “A via chilena ao socialismo”¹³. Nele, o presidente expõe que:

“No regime de transição para o socialismo, as normas jurídicas corresponderão às necessidades de um povo que se esforça por edificar uma nova sociedade. Mas, legalidade haverá. (...) Do realismo do Congresso depende, em grande medida, que à legalidade capitalista se suceda a legalidade socialista... sem que uma fratura da ordem jurídica abra as portas a arbitrariedades e excessos que, responsabilmente, queremos evitar”¹⁴

E acrescenta que o socialismo não seria de imediato implantado no Chile, senão como resultado das transformações que iria pôr em prática o governo popular, e estava ciente da originalidade do caminho a ser trilhado:

“O Chile encontra-se diante da necessidade de iniciar uma nova maneira de construir a sociedade socialista. As dificuldades que enfrentamos (...) residem realmente na extraordinária complexidade das tarefas que nos esperam: institucionalizar a via política para o socialismo, e consegui-lo a partir de nossa realidade presente, de sociedade marcada pelo atraso e pela pobreza próprias da dependência e do subdesenvolvimento; romper com os fatores causadores do atraso e, ao mesmo tempo, edificar uma nova estrutura socioeconômica capaz de conduzir à prosperidade coletiva (...) criando a primeira sociedade socialista edificada segundo um modelo democrático, pluralista e libertário”¹⁵

¹² Salvador Allende. “Primeira Mensagem ao Congresso Pleno: a via chilena ao socialismo”. 21-05-1971. In: *Obras escogidas: 1908-1973*. Madrid: Ediciones del centro de estudios latinoamericanos Simón Bolívar/ Fundación Presidente Allende, 1992. Pág.328

¹³ Salvador Allende. “Primeira Mensagem ao Congresso Pleno: a via chilena ao socialismo”. 20-05-1971. In: *Obras escogidas: 1908-1973*. Madrid: Ediciones del centro de estudios latinoamericanos Simón Bolívar/ Fundación Presidente Allende, 1992.

¹⁴ Apud: Alberto Aggio. “Experiência chilena e via chilena ao socialismo: um estudo crítico da cultura política da Unidad Popular no Chile (1970-1973)”, *Revista de História da UNESP*. São Paulo, vol. 11, 1992. Pág. 60

¹⁵ Salvador Allende. “Primeira Mensagem...” Op. Cit. Pág. 326

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

Em 1972, na segunda mensagem¹⁶ ao Congresso Nacional, Allende enfatizou que o caminho da “revolução chilena” não estava na “quebra violenta do aparelho estatal”. Destacou ainda o equívoco de se pensar em destruir no país justamente o conjunto de condições institucionais que possibilitaram “a mudança e a criação em benefício do Chile e de suas massas trabalhadoras”, até porque se “o regime institucional continuava atuando regularmente” era “porque as forças populares dentro dele o estavam sustentando”¹⁷. Allende preconizava uma transição que assegurasse à sociedade chilena não romper com a sua forte tradição política constitucional. Mais do que isso, algo que assegurasse a manutenção das liberdades individuais e políticas no regime pós-revolucionário, pois, nas palavras dele, “... Recorrer à etapa de transição sem restrições às liberdades políticas, sem vazio legal ou institucional, é para o nosso povo (chileno) um direito e uma legítima reivindicação...”¹⁸. Por essa razão, insistia em diferenciar a via chilena da via cubana, principal exemplo de revolução socialista na América latina:

“A revolução chilena é autenticamente nossa. Cuba tem seus problemas, sua História, sua idiossincrasia, e nós temos nossos problemas, nossa História, nossa idiossincrasia. Não se pode comparar Cuba e Chile. É impossível. (...) Nunca houve ali uma democracia, nem sequer burguesa. Todas foram ditaduras. Ao contrario, o Chile foi um dos países mais evoluídos da América Latina. O Congresso Nacional tem mais de 120 anos de existência ininterrupta. Sem uma sólida e apaixonada crença nas instituições democráticas, não é possível mostrar feitos tão eloqüentes”¹⁹

A revolução, segundo Allende, seria um longo processo composto por etapas orientadas em direção a um objetivo definido, que visam a modificação profunda da estrutura da sociedade em questão e a sua conseqüente substituição por outra de natureza diferente. No Chile, a revolução consistiria em superar o regime capitalista no país, lançando as bases para a construção de uma nova ordem social de orientação socialista. Para Allende, o processo revolucionário não se iniciaria com a tomada do poder, mas sim, culminaria com ela, após instalar no seio da velha sociedade os elementos sociais, econômicos e culturais da nova sociedade.

¹⁶ Salvador Allende. “Segunda Mensagem ao Congresso Pleno”. 21-05-1972. In: *Obras escogidas: 1908-1973*. Madrid: Ediciones del centro de estudios latinoamericanos Simón Bolívar/ Fundación Presidente Allende, 1992. Pág. 406-448

¹⁷ Alberto Aggio. “Experiência chilena...”. *Op. Cit.* Pág. 60.

¹⁸ Salvador Allende. “Primeira Mensagem ao Congresso Pleno: A via chilena ao socialismo”. 21-05-71. *Op. Cit.* Pág. 336

¹⁹ Salvador Allende, em entrevista ao periodista Julio Scherer. México: *Excelsior*, 03-11-1970. In: Gregorio Selser e Alejandro Witker (Orgs.) *Archivo Salvador Allende*. Santiago: Edição CDFSA, 1990. Volume XII: “Salvador Allende: de cara a la verdad/diálogos com la prensa” (1993).Pág. 58

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

A ação revolucionária do movimento operário seria aquela que penetrasse e interferisse nesse processo de socialização, dominando gradativamente as leis de desenvolvimento do capitalismo, introduzindo aí os elementos da nova sociedade e preparando a crise revolucionária que iria explodir as relações capitalistas de produção. Ao orientar conscientemente o processo político em direção à lógica antagônica de socialização, esta última se converteria pouco a pouco no eixo de cristalização de um novo sistema, articulando em torno de si todos os elementos da futura sociedade capazes de superar a lógica do antigo sistema predominante até então:

*“... a transformação revolucionária de um sistema social exige seqüências intermediárias. Uma revolução simplesmente política pode consumir-se em poucas semanas. Uma revolução social e econômica exige anos; aqueles indispensáveis para penetrar na consciência das massas, para organizar as novas estruturas, fazê-las operantes e ajustá-las às outras. Imaginar que se podem pular as fases intermediárias é utópico; não é possível destruir uma estrutura social e econômica, uma instituição social preexistente, sem antes haver desenvolvido minimamente aquela que a substituirá. (...) Ao mesmo tempo é necessário adequar as instituições políticas à nova realidade.(...)”*²⁰

Para alcançar esse objetivo, a tática a ser utilizada, segundo o Presidente, dependeria da cultura política de cada país, podendo aquela ocorrer pela guerra ou pela legalidade, isto é, pelas armas ou pelas urnas²¹. Para ele, em países onde não há sindicatos nem partidos políticos, não há chances para a transformação na legalidade²².

Allende não se considerava um reformista, como insistiam em afirmar os extremo-esquerdistas. Ao contrário, reafirmava a todo tempo que tomava medidas que implicavam a construção do socialismo, a transformação da sociedade chilena²³. Para ele, tais medidas só redundariam em reformismo, caso o governo popular esquecesse que sua missão era estabelecer um novo projeto social para o homem²⁴, o qual se consumiria com a instauração do socialismo.

²⁰ Salvador Allende. “Primeira Mensagem ao Congresso Pleno: A via chilena ao socialismo”. 21-05-71. Op. Cit. Pág. 335-336

²¹ Salvador Allende, em entrevista ao periodista Julio Scherer. México: *Excelsior*, 03-11-1970. In: Gregorio Selser e Alejandro Witker (Orgs.) *Archivo Salvador Allende*. Santiago: Edição CDFSA, 1990. Volume XII: “Salvador Allende: de cara a la verdad/diálogos com la prensa” (1993).Pág. 58

²² Salvador Allende. Entrevista a Régis Debray, “Conversación com Allende”. Mexico, D. F.: Ed. Siglo XXI, 1975. Pág. 20. In: Gregorio Selser e Alejandro Witker (Orgs.) *Archivo Salvador Allende*. Santiago: Edição CDFSA, 1990. Volume XII: “Salvador Allende: de cara a la verdad/diálogos com la prensa” (1993).Pág. 39

²³ Salvador Allende. Entrevista com Debray. “Conversación com Allende”. México, D.F.: Ed. Siglo XXI, 1975. In: Gregorio Selser e Alejandro Witker (Orgs.) *Archivo Salvador Allende*. Santiago: Edição CDFSA, 1990. Volume XII: “Salvador Allende: de cara a la verdad/diálogos com la prensa” (1993).Pág. 24

²⁴ Salvador Allende. “Primeira Mensagem ao Congresso Pleno”. Op. Cit. Pág. 329

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

Para conseguir isso, o Chile teria que trilhar o caminho da independência econômica, pois só assim conquistaria efetiva soberania e poder sobre os rumos do seu destino. Assim como os marxistas da época, advertia que seu principal inimigo era o imperialismo. Sua prioridade seria combatê-lo, a fim de concluir a liberação nacional. Essa luta era, na verdade, a base sobre a qual se ergueriam todas as demais transformações estruturais²⁵:

“Conquistaremos o poder quando o cobre for nosso, quando o ferro for nosso (...), quando controlarmos o comércio de importações e de exportações por parte do Estado, quando coletivizarmos grande parte de nossa produção... então, se essas coisas – fazer válida a soberania, atacar aos monopólios e recuperar as riquezas básicas da economia – não conduzem ao socialismo, eu não sei o que é socialismo. Mas o poder teremos indiscutivelmente, quando o Chile for um país economicamente independente. Daí que nossa linha essencial, vital, seja antiimperialista como a etapa inicial das mudanças estruturais. Daí que o projeto de mais transcendência é aquele que permite nacionalizar o cobre, riqueza fundamental do Chile.”²⁶

Como, para Allende, a revolução levaria à elaboração de uma nova institucionalidade coerente com o novo sistema, não seria necessário romper com a institucionalidade vigente, bastando-lhe apenas transformar o conteúdo, o sentido de classe, introduzindo os elementos da nova sociedade, o que, segundo o Presidente, seria possível realizar através da Constituição chilena da época. Apesar das dificuldades que a legalidade e a institucionalidade encerravam para o período de transição, para Allende, elas eram vistas não como um simples compromisso formal, mas como um fator consubstancial ao regime socialista²⁷. Mantê-los (os princípios da legalidade e da ordem institucional), transformando-lhes o sentido de classe, durante este difícil período, era uma tarefa ambiciosa e de importância decisiva para o novo regime social²⁸.

A democracia sempre fora um valor extremamente prezado pelo Presidente, desde o início de sua militância no PSCh, partido do qual foi fundador. Em 1951, chegou a ser expulso temporariamente do partido, em função de defesa intransigente em relação ao papel da democracia na luta pela construção do socialismo no Chile. A democracia social não está, para Allende, dissociada da democracia política. São duas faces complementares da mesma moeda, que não devem ser negligenciadas no processo de transição revolucionária, sob pena de dar

²⁵ Salvador Allende. Entrevista com Debray. “Conversación com Allende”. Mexico, D. F., 1975. In: Gregorio Selser e Alejandro Witker (Orgs). *Archivo Salvador Allende*. Santiago: Edição CDFSA, 1990. Volume XII: “Salvador Allende: de cara a la verdad/diálogos com la prensa” (1993).Pág. 18-19

²⁶ Idem.Pág.24

²⁷ Salvador Allende. “Primeira Mensagem ao Congresso Pleno: a via chilena ao socialismo”. Op. Cit. Pág. 332

²⁸ Salvador Allende. “Primeira Mensagem ao Congresso pleno: a via chilena ao socialismo”.Op. Cit. Pág. 325-326

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

origem a uma sociedade já corrompida, quer pela ausência de uma, quer pela ausência da outra. Seu objetivo era “instaurar as liberdades sociais, mediante o exercício das liberdades políticas, o que requer como base estabelecer a igualdade econômica” ²⁹.

A democracia, para Allende, emerge ao mesmo tempo como tática:

“Um país (Chile) onde a consciência civil tem uma determinada força por tradição, as Forças Armadas um sentido profissional preciso, onde a institucionalidade tem um peso e um conteúdo bem definido... pois bem, frente a esta realidade chilena, a única possibilidade é eleitoral. (...) Agora, dentro desta realidade e das leis da democracia burguesa ou da república liberal, nós podemos mudar as instituições. Isso é possível pela Constituição atual”. ³⁰

E como estratégia de alcance da nova sociedade:

“... Por minha parte, estou seguro de que teremos a energia e a capacidade necessárias para levar adiante o nosso esforço, modelando a primeira sociedade socialista edificada segundo um modelo democrático, pluralista e libertário” ³¹.

Suas declarações o revelam um ator político plenamente integrado ao pensamento marxista a partir do momento em que, por um lado, percebe e critica as deficiências que a democracia burguesa impõe à transformação radical da realidade das massas, já que “contempla a perspectiva da oligarquia e não a do povo” ³²; mas, por outro lado, defendia que este mesmo sistema, fundado para a manutenção do status quo burguês, guardava em si o germe da destruição do seu próprio conteúdo, à medida que permitia teoricamente que, por via eleitoral, qualquer corrente política pudesse chegar ao poder.

A tradição socialista geral da época normalmente discernia a democracia política – exemplificada pelo sistema representativo burguês – da democracia social – a que provia todos os homens de oportunidades iguais. Normalmente, os militantes socialistas aceitavam sacrificar a

²⁹ Salvador Allende. “Primeira Mensagem ao Congresso Pleno: a via chilena ao socialismo”. 20-05-1971. In: *Obras escogidas: 1908-1973*. Madrid: Ediciones del centro de estudios latinoamericanos Simón Bolívar/ Fundación Presidente Allende, 1992. Pág. 335

³⁰ Salvador Allende. Entrevista com o periodista Roberto Rossellini. México: *Revista Tercero Mundo*, nº26, ano 1979. In: Gregorio Selser e Alejandro Witker (Orgs). *Archivo Salvador Allende*. Santiago: Edição CDFSA, 1990. Volume XII: “Salvador Allende: de cara a la verdad/diálogos com la prensa” (1993). Pág. 70

³¹ Salvador Allende. “Primeira Mensagem ao Congresso Pleno: a via chilena ao socialismo”. Op. Cit. Pág. 325

³² Salvador Allende. Entrevista com Julio Scherer. México: Excelsior, 03-11-1970. In: Gregorio Selser e Alejandro Witker (Orgs). *Archivo Salvador Allende*. Santiago: Edição CDFSA, 1990. Volume XII: “Salvador Allende: de cara a la verdad/diálogos com la prensa” (1993). Pág. 61

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

primeira, pelo seu caráter corrompido, aburguesado, em favor da segunda, verdadeiro objetivo revolucionário.

Allende, assim como seus correligionários do PSCh, possuía como objetivo maior instaurar a democracia social para o povo chileno. No entanto, ele não via tamanha incompatibilidade entre o sistema representativo burguês e a construção, através de todas as brechas que este pudesse gerar, da democracia revolucionária socialista. De acordo com o seu pensamento, o sistema democrático burguês havia sido uma grande conquista política na História da sociedade ocidental. Quer queira, quer não, era o único, ao longo de toda a história, que conseguira abrir espaço à participação política das maiorias no mundo. E, justamente por isso, dizia Allende, podia sim dar lugar a um governo revolucionário, eleito democraticamente, no caso de uma população politicamente conscientizada como era a do Chile em fins dos anos 1960.

A Constituição chilena, de caráter burguês – e ele bem o sabia –, possuía dispositivos que lhe permitiam ser driblada em seu próprio conteúdo de classe, fato este sempre lembrado e enfatizado nas falas do Presidente ³³.

O sistema democrático formal não deveria ser sacrificado em nome do novo regime, mas sim, ajustado. Ajustado à nova institucionalidade que o socialismo viria inaugurar. Foi nesse sentido que surgiu, por exemplo, a proposta de criação de uma Câmara Única como uma nova forma de organização parlamentar que aperfeiçoaria a representatividade popular, eliminando as deficiências geradas pelo sistema bicameral. Para Allende, repito, de nada adiantaria, no Chile, simplesmente trocar de regimes políticos. Era necessário, antes de tudo, conquistar a hegemonia da sociedade para um determinado projeto nacional, cooptar seus esforços em torno de um determinado fim, através da conscientização política e social das massas:

“Eu gosto de repetir a frase escrita anonimamente por um estudante nos muros da Universidade de Paris: ‘A Revolução começa primeiro nas pessoas; depois, nas coisas’. Se a gente não entende isso, é mal. (...) (A solução para isto é) criar consciência, elevar o nível político, “precipitar”, assim eu emprego o termo, o debate ideológico ...” ³⁴

³³ Salvador Allende. Entrevista com Roberto Rosselini. México, *Revista Terceiro Mundo*, nº26, 1979. In: Gregorio Selser e Alejandro Witker (Orgs). *Archivo Salvador Allende*. Santiago: Edição CDFSA, 1990. Volume XII: “Salvador Allende: de cara a la verdad/diálogos com la prensa” (1993). Pág. 70.

³⁴ Salvador Allende. Entrevista com J. Gurriarán. 30-11-1972. “Caerá Allende?”. Barcelona: Ed. Dolopesa, 1973. In: Gregorio Selser e Alejandro Witker (Orgs.). *Archivo Salvador Allende*. Santiago: Edição CDFSA, 1990. Volume XII: “Salvador Allende: de cara a la verdad/diálogos com la prensa” (1993). Pág.121

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

Na década de 1950, mais do que em princípios de 1970, prevalecia o discurso leninista da conquista do poder, que punha abaixo qualquer intenção de aliança com outros grupos esquerdistas, bem como de qualquer estratégia democrática de alcance ao socialismo. Tal discurso, até então hegemônico, pareceu dar sinais de enfraquecimento quando da união esquerdista para as eleições de 1958 e de 1964. Nesta primeira, a coalizão de Allende, FRAP (Frente de Ação Popular), perdeu para o candidato de direita do PN por um pouco mais de 30 mil votos, diferença esta semelhante àquela que lhe deu a vitória em 1970 sobre o mesmo partido. Já em 1964, a coalizão do PDC com o PN garantiu a vitória eleitoral do candidato democrata-cristão Eduardo Frei que, se concorresse sem essa aliança, teria sido vencido pela expressiva votação alcançada pela esquerda, novamente unificada sob Salvador Allende.

Aparentemente superada pela estratégia democrática anunciada no programa de governo da Unidad Popular em 1970, a estratégia leninista de tomada do poder ressurgiu no seio da coalizão governista logo após a sua vitória, com uma força não esperada pela ala “constitucionalista” da UP. Os dois principais partidos que encabeçavam a Unidad Popular de Allende, o PCCh e o PSCh, divergiram seriamente quanto ao método, ou seja, quanto à tática de alcance ao socialismo enunciada pela via chilena, o que ficou patente já na primeira congregação governista do ano de 1972. Duas linhas de ação se delimitaram dentro da coalizão: “o avançar para consolidar”, defendido pelo PSCh e os segmentos mais radicais de esquerda, e o “consolidar para avançar”, posição adotada pelo Presidente conjuntamente ao PC chileno e aos demais partidos constitucionalistas do governo.

Em ambas as proposições, o que estava em jogo era a radicalização do jogo político de forma a criar as condições para a instauração imediata da República socialista. De um lado, os socialistas, junto à extrema-esquerda, pleiteavam a radicalização do governo popular, sob pena de que este perdesse o ímpeto revolucionário das massas, caindo assim no reformismo do governo anterior. De outro, os comunistas e o próprio Presidente, assim como os demais segmentos de esquerda não-radicais, argumentavam que era preciso ceder um pouco na política de enfrentamento, de modo a manter o bom jogo parlamentar e assim conseguir consolidar todas as conquistas até então já obtidas. Segundo a ala moderada, isso garantiria a continuidade do cumprimento dos objetivos enunciados pelo programa de governo da Unidad Popular.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

Teitelbaum, um importante integrante comunista do gabinete de Allende, no comentário abaixo, ilustra bem o pensamento dessa ala diante do dilema governista:

“... Não podemos provocar a confrontação. Se esta for provocada pela extrema direita, representando nós um poder legal a que as Forças Armadas juraram fidelidade, é provável que pelo menos uma parte dos militares alinhe nas nossas fileiras. Quando está nas mãos do povo e lhe proporciona uma acumulação de força, a legalidade não tem, em definitivo, aquele rosto repelente que certos lhe querem encontrar. Se renunciássemos à legalidade, agiríamos como um combatente que dissesse ‘primeiro corto um braço e depois vou para a guerra’”³⁵(Teitelbaum).

A essa altura, o tenso diálogo com o PDC, força centrista fundamental para o bom funcionamento da UP no parlamento, tornava-se cada vez mais difícil, ao passo que a extrema-esquerda seguia agindo fora dos marcos institucionais, ocupando terras, constringendo e desestabilizando o governo de Allende. O PDC, por sua vez, não tolerava a estratégia da extrema esquerda e exigia de Allende um posicionamento firme no sentido de reprimir tais ações. Mas, como rejeitar a estratégia extraparlamentar de estimulação das massas, se grande parte das suas próprias fileiras se alinhavam com esta prática? Estando o dilema posto em questão, não demorou muito e as negociações entre o PDC e a UP cessaram. Isso selou o início da contagem regressiva para o alinhamento do PDC com o PN, unificando assim a oposição contra-revolucionária.

Nesse contexto, um novo ator social emergiu como árbitro entre governo e oposição. Com a ofensiva cada vez mais intensa da oposição, que culminou com o black out de Outubro de 1972, os militares foram chamados ao cenário político para manter a ordem e as instituições e impedir o caos que se instalava no país. Confiando plenamente no caráter legalista desta instituição e no seu prestígio popular, Allende decidiu alocar alguns de seus representantes em ministérios estratégicos, com o propósito de assegurar uma maior credibilidade e legitimidade ao governo que vinha sofrendo uma ampla campanha de difamação e desestabilização. A situação tornou-se ainda mais crítica a partir da grande derrota experimentada pela oposição nas eleições de Março de 1973, na qual a UP revelou um excelente desempenho eleitoral ao alcançar aproximadamente 50% das cadeiras do Congresso Nacional do Chile. A partir disso, a oposição

³⁵ Teitelbaum, autor deste comentário, era um importante integrante do Partido Comunista Chileno no gabinete do Presidente. Sua entrevista, na íntegra, se encontra na seguinte referência: Rui Namorado. *O Dilema Chileno*. Coimbra: Ed.Centelha, 1972. Pág.16

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

passou a clamar abertamente pela intervenção militar num governo por eles qualificado como “ilegítimo” e “ilegal”.

2. O MITO DA ESTABILIDADE CHILENA

Na verdade, desde o início da experiência chilena, a questão militar sempre fora posta em destaque nos debates que envolviam o assunto, principalmente por causa da recente história de intervenções militares que depunham governos legitimamente eleitos no cone Sul. Sabemos que as Forças Armadas representam o aparato repressivo do Estado para a manutenção do *status quo*, seja ele de natureza capitalista ou socialista. Por isso, em tese, deveriam defender o governo instituído independentemente da natureza de classe à qual ele pertencesse. Especialmente, se considerarmos que o Presidente da República é o General maior (generalíssimo) das Forças Armadas de seu país, as quais lhe devem obediência como determina a hierarquia militar.

O que se observou, no entanto, foi que, na maioria das vezes, ao deporem os governos legitimamente eleitos, as Forças Armadas, a despeito da obediência devida, tomavam, de fato, partido de uma classe; isto é, se alinhavam com os interesses de um determinado segmento sócio-econômico do país, podendo ser ele conservador ou progressista. Na maior parte das vezes, com exceção da Bolívia e do Peru, o alinhamento acontecia em favor dos segmentos burgueses conservadores. No Chile, Allende acreditava que isso não ocorreria, já que as FFAA chilenas eram reconhecidamente profissionais e constitucionalistas³⁶.

Frente à tendência conservadora que cercava e ilhava cada vez mais o Chile na América Latina, tanto por ser um país que havia eleito democraticamente um Presidente marxista cujo propósito era deliberadamente o de instalar o socialismo, quanto por possuir, ao contrário dos demais vizinhos, um Exército constitucionalista, a experiência de Allende desafiava o papel da instituição militar chilena em sua própria essência e ele estava a par disso:

³⁶ Salvador Allende. Entrevista com o periodista e diplomata boliviano Mario Guzman Galarza. México, El dia, 18-06-1971. In: Gregorio Selser e Alejandro Witker (orgs). *Archivo Salvador Allende*. Santiago: Edição CDFSA, 1990. Volume XII: “Salvador Allende: de cara a la verdad/diálogos com la prensa” (1993).Pág.77

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

“Cremos ser fundamental discutir (...) acerca do papel que desempenham no Chile as Forças Armadas. Acerca deste ponto, eles (a extrema-esquerda) sustentam, apoiando-se nos pensadores marxistas, que não são outra coisa senão as forças repressivas do Estado burguês e os pilares autênticos desta classe. Mas o que ocorre no Chile assinala algo distinto e nisso consiste o dinamismo de nossa revolução; não podemos nos enclausurar em fórmulas herméticas e aplicá-las a diferentes realidades.”³⁷

“Os céticos e catastrofistas têm dito enfaticamente que as Forças Armadas e Carabineiros, que até agora sustentam a ordem institucional que superaremos, não aceitariam garantir a vontade popular decidida de edificar em nosso país. Duvidam da consciência patriótica de nossas Forças Armadas e dos Carabineiros, sua tradição profissional e a sua obediência ao poder civil”.³⁸

O desafio consistia, no caso do Chile, em poder contar com a colaboração das Forças Armadas para o projeto de esquerda anunciado por Allende, até porque ele se realizaria, em tese, na legalidade e não em um Estado de exceção. A Unidad Popular era agora governo, legalmente constituído pelo voto popular, e o apoio dos militares ao governo, como bem o sabia Allende, era condição *sine qua non* para dar seguimento às transformações revolucionárias, já que as mesmas gerariam reações conservadoras. Por esse motivo, sempre que podia, ao mesmo tempo em que valorizava o papel exercido pelas FFAA chilenas, reafirmava a sua autoridade sobre as mesmas, como uma espécie de medida preventiva contra eventuais insubordinações:

“... As Forças Armadas e os Carabineiros, por sua vez, têm plena consciência de que eu sou o Presidente pela vontade majoritária do país; e que pelo que manda a Constituição sou o general maior das Forças Armadas e que é minha obrigação fazer que essa mesma instituição, que tanto tem significado na História do Chile, esteja mais e mais vinculada às grandes tarefas e transformações que o Chile reclama na atualidade.”³⁹

Mas, o que levou o Presidente Salvador Allende, experiente militante socialista do Chile, estudioso das principais teses marxistas, testemunha do embargo norte-americano a Cuba e do boicote aos demais governantes que propuseram uma redistribuição social da riqueza de seus países, a crer na colaboração do Exército para com o seu projeto de transformação?

³⁷ Salvador Allende. Entrevista com Vitor Flores. México, *Excelsior*, 04-04-1972. In: Gregorio Selser e Alejandro Witker (orgs). *Archivo Salvador Allende*. Santiago: Edição CDFSA, 1990. Volume XII: “Salvador Allende: de cara a la verdad/diálogos com la prensa” (1993). Pág.85

³⁸ Salvador Allende. “Primeira Mensagem ao Congresso Pleno: a via chilena ao socialismo”. Op. Cit. Pág. 325

³⁹ Salvador Allende. Entrevista com Vitor Flores. México: *Excelsior*, 04-04-1972. In: Gregorio Selser e Alejandro Witker (orgs). *Archivo Salvador Allende*. Santiago: Edição CDFSA, 1990. Volume XII: “Salvador Allende: de cara a la verdad/diálogos com la prensa” (1993). Pág. 82.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

*“(...) Nós estamos fazendo um caminho novo, um caminho do Chile para o Chile, dos chilenos para o nosso país. E temos dito que aproveitaremos os aspectos da Constituição atual para abrir passo à Constituição do povo. Por quê? Porque no Chile podemos fazê-lo”.*⁴⁰

“*Porque no Chile, podemos fazê-lo*”: frase recorrente em quase todas as suas declarações. Para Allende, a trajetória histórica peculiar do país era o que explicava e justificava a originalidade do projeto em curso:

*“Nós, dada a idiosincrasia, a modalidade e a evolução política chilena, buscamos este caminho porque cremos ser ele compatível com a nossa realidade...”*⁴¹

“As condições objetivas que são as do Chile permitiram-nos encontrar a nossa via no pluralismo, na democracia e na liberdade. (...) Nós avançamos e simultaneamente desenvolvemos o nível de consciência e obtemos a adesão de uma maioria nacional que aprova as nossas intenções e o nosso modo de proceder. Se tivermos êxito, creio que teremos vencido um passo histórico e teremos demonstrado como é flexível a possibilidade de conquistar o poder num país com as características evidentemente pouco comuns do Chile.”

⁴²

Uma trajetória dotada de um capital político tão consistente e legítimo que seria até mesmo capaz de neutralizar os interesses do imperialismo norte-americano:

*“Nós cremos que logicamente os Estados Unidos respeitarão a decisão expressada pelo Chile, através da lei em um país que tem um Congresso que dura ininterruptamente mais de 120 anos”*⁴³.

Por isso, a experiência chilena era única:

*“Quando alguém me pergunta se nós podemos exportar a Unidad Popular, sempre digo que não. O único que exportamos é o cobre, porque não se pode exportar a Unidad Popular, a qual corresponde exclusivamente a um país com a História do Chile, que conta com determinados partidos e organismos sindicais e aonde há Forças Armadas e policiais que são profissionais e que não intervêm na política”*⁴⁴.

⁴⁰ Salvador Allende. Entrevista a Régis Debray. “Conversación con Allende”. Mexico, D. F.: Ed. Siglo XXI, 1975. In: Gregorio Selser e Alejandro Witker (Orgs.). *Archivo Salvador Allende*. Santiago: Edição CDFSA, 1990. Volume XII: “Salvador Allende: de cara a la verdad/diálogos com la prensa” (1993). Pág. 23

⁴¹ S. Allende. Entrevista com periodistas estrangeiros, *El Siglo*, Santiago, 20-3-1971. In: Gregorio Selser e Alejandro Witker (orgs) *Archivo Salvador Allende*. Santiago: Edição CDFSA, 1990. Volume XII: “Salvador Allende: de cara a la verdad/diálogos com la prensa” (1993). Pág. 148

⁴² Rui Namorado. Op. Cit. Pág. 28

⁴³ S. Allende. Entrevista com periodistas estrangeiros, *El siglo*, Santiago, 20-03-1971. Op. Cit. Pág. 147

⁴⁴ Salvador Allende. Entrevista com Vitor Flores. México: *Excelsior*, 04-04-1972. In: Gregorio Selser e Alejandro Witker (orgs). *Archivo Salvador Allende*. Santiago: Edição CDFSA, 1990. Volume XII: “Salvador Allende: de cara a la verdad/diálogos com la prensa” (1993). Pág. 86

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

Porque única também era, para Allende, a História do Chile:

*“... um país onde a consciência civil tem uma determinada força por tradição, as Forças Armadas um sentido profissional preciso, onde a institucionalidade tem um peso e um conteúdo bem definido...”*⁴⁵

Pois bem: chegamos ao ponto. A via escolhida, cuja pedra de toque era a manutenção das liberdades políticas e civis durante o regime de transição ao socialismo, só poderia ser viabilizada, segundo o pensamento do Presidente Allende, num país no qual não só houvesse uma tradição parlamentar de mais de 120 anos de existência, sindicatos organizados e quarenta anos de estabilidade política, mas também, num país em que as Forças Armadas desempenhassem um papel definitivamente profissional de respeito à legalidade, de aceitação da Constituição como um bem inviolável.

Os quarenta anos de estabilidade política no país iniciados a partir 1932 deu origem a uma espécie de consenso democrático – o arreglo democrático chileno⁴⁶ – no interior da sociedade chilena. A constatação de que os chilenos viviam, desde 1932, uma democracia política solidamente constituída não restringiu seus adeptos somente ao Chile, como verificamos freqüentemente nos enunciados de entrevistas estrangeiras e na escrita acadêmica da época. Esse “arreglo democrático” gerou o que aqui denomino de “mito”: o mito da estabilidade chilena. O mito da democracia política latino-americana mais sólida e incorruptível, em tempos de guerra fria. Detentora de um Exército igualmente incorruptível e constitucionalista até a última vértebra de sua espinha dorsal. A única democracia ocidental que suportaria um projeto de transformação revolucionário na legalidade burguesa, que anunciava e fazia por onde concretamente proclamar a independência econômica e a soberania política num país subdesenvolvido da América Latina. Por fim, a única democracia que faria tudo isso com o apoio dos militares...

“Não há Forças Armadas poderosas em um país debilitado economicamente. Não há Forças Armadas poderosas em um povo enfermo, dizimado pelas enfermidades e pela fome, e isso o sabem as Forças Armadas chilenas. Eu não as adulo por quê? Porque elas têm a dignidade de sua própria responsabilidade,

⁴⁵ Salvador Allende. Entrevista com Roberto Rosselini. México, *Revista Tercero Mundo*, nº26, 1979. In: Gregorio Selser e Alejandro Witker (orgs). *Archivo Salvador Allende*. Santiago: Edição CDFSA, 1990. Volume XII: “Salvador Allende: de cara a la verdad/diálogos com la prensa” (1993). Pág.70

⁴⁶ Alberto Aggio. Democracia e... Op.Cit. Pág.169-170.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

porque as Forças Armadas do Chile são Forças Armadas profissionais, respeitosas da Constituição e da lei, e eu, por disposição da Constituição, sou o General maior das Forças Armadas chilenas e exerço esta função em diálogo com elas, que é um diálogo a serviço do Chile e do povo.”⁴⁷

Allende foi o fruto de uma sociedade que se acreditava mais evoluída politicamente que seus pares latino-americanos e que tinha dados para tanto: um parlamento de mais de 120 anos de existência, um Exército aparentemente apolítico, um Presidente marxista eleito pelo voto popular. Quarenta anos de vida política contínua era um feito e tanto para uma ex-colônia espanhola, marcada pela violência da conquista e pelas guerras anticoloniais, especialmente se comparada com a trajetória dos seus demais vizinhos.

No pensamento político de Allende, podemos inferir que a crença em demasia na especificidade da trajetória política nacional do seu país se sobrepôs ao testemunho histórico que os demais países latino-americanos insistiam em dar até o momento de sua eleição para o governo. Descobriu-se, com o colapso da experiência chilena, que havia uma regra geral – que depois alcançou o Uruguai e mais tarde a Argentina – que não respeitava “peculiaridades nacionais” uruguaias, argentinas ou mesmo chilenas. Regra essa que, após 1973, ao atingir a quase totalidade do continente sul-americano, esclarecia que a transformação na legalidade e sem violência só se tornava possível à medida que atendesse aos interesses burgueses e à sua manutenção enquanto classe hegemônica. Pois ao qualquer ruído de perturbação dessas duas condições, o uso da violência e a violação da legalidade tornavam-se subitamente aceitáveis, legítimos, como o provavam os golpes militares desse continente.

Os periodistas nacionais e os estrangeiros pressentiam o perigo e buscavam, através da recorrente insistência no assunto, tirar a prova da regra geral no país considerado exceção. Perguntavam insistentemente sobre a guerra civil, sobre os militares, sobre a transição revolucionária pelo aparato do Estado burguês. Obtinham como respostas:

“Não creio na guerra civil. O povo é suficientemente forte para impedi-la. As Forças Armadas chilenas são Forças Armadas profissionais e respeitosas da Constituição e da lei. Não são guardas pretorianas a serviço de

⁴⁷ Salvador Allende. Entrevista com periodistas estrangeiros. Santiago: El Siglo, 20-3-1971. In: Gregorio Selser e Alejandro Witker (orgs). *Archivo Salvador Allende*. Santiago: Edição CDFSA, 1990. Volume XII: “Salvador Allende: de cara a la verdad/diálogos com la prensa” (1993).Pág. 151.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

um homem. A lição do patriotismo do povo chileno nas últimas semanas confirma o meu pensamento e justifica a confiança no futuro...”.⁴⁸

“... Até agora as Forças Armadas e o Corpo de Carabineiros tem tido uma posição implacavelmente clara e decidida de respeito à Constituição e à lei, e à vontade popular expressa nos comícios. Creio pessoalmente que esse país tem consciência de que esta é a realidade, de pleno respeito, por parte de uns e de outros, ao sistema jurídico estabelecido.”⁴⁹

Por fim, concluímos, com base em suas declarações, que a crença de Allende no mito da estabilidade chilena foi a condição *sine qua non* para que ele tentasse insistentemente, durante o exercício da presidência da República, aprofundar aquilo que de mais bonito e inédito se anunciava em sua proposta de transição ao socialismo: o conteúdo democrático que existia e estruturava a via chilena.

Assim, foi a crença obstinada no capital político chileno, “garantido” pelo profissionalismo militar das FFAA chilenas, que levou o Presidente a aprofundar a sua convicção em institucionalizar o socialismo democrático no Chile a qualquer custo. Acreditou tanto nessa aposta que chegou mesmo a desarmar a população civil às vésperas do golpe militar de 1973 para sustentar a sua palavra sobre legalidade e respeito às instituições. Com isso, traiu a si mesmo, uma vez que provavelmente teria sido essa população a responsável pela defesa de seu governo contra as investidas contra-revolucionárias.

O que ele não poderia prever foi que a sua fé nas instituições democráticas chilenas limitou sua percepção acerca das reais possibilidades de concretização de seu projeto num país latino-americano subdesenvolvido, especialmente no contexto de guerra fria que aliará seus opositores internos a ferozes opositores externos: os EUA. E ambos contariam com um trunfo valioso na guerra contra Allende: uma esquerda dividida e desunida em torno do projeto anunciado.

⁴⁸ Salvador Allende. Entrevista com Julio Scherer. México: *Excelsior*, 03-11-1970. In: Gregorio Selser e Alejandro Witker(orgs). *Archivo Salvador Allende*. Santiago: Edição CDFSA, 1990. Volume XII: “Salvador Allende: de cara a la verdad/diálogos com la prensa” (1993).Pág. 60

⁴⁹ Salvador Allende. Entrevista com Vitor Flores. México, *Excelsior*, 04-04-1972. In: Gregorio Selser e Alejandro Witker (orgs). *Archivo Salvador Allende*. Santiago: Edição CDFSA, 1990. Volume XII: “Salvador Allende: de cara a la verdad/diálogos com la prensa” (1993). *Ibidem*.Pág. 82.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

CONCLUSÃO

Vários foram os fatores que levaram ao fracasso da experiência chilena. Segundo Alberto Aggio, os ultra-esquerdistas estavam errados quando resumiram o fracasso à proposta de transição democrática contida no enunciado da via escolhida⁵⁰. Este pode ter sido um fator importante, mas não o único. Não devemos deixar de levar em conta o boicote norte-americano, com o corte dos créditos internacionais e o financiamento da desordem civil, a desconfiança soviética em relação à independência e neutralidade chilena em época de guerra fria, a direita chilena que, a partir de 1972, iniciou uma ofensiva de grande dimensão e organização com auxílio externo, o contexto mundial de bipolarização existente nos anos 1970 e, principalmente, a atuação dissonante das esquerdas chilenas no poder, as quais pareciam não estarem preparadas para o projeto inédito que se anunciava em território latino-americano.

Esta última pode ter sido um dos golpes que mais enfraqueceu a experiência de uma via democrática ao socialismo no Chile. Nunca saberemos como teria sido o seu desfecho, caso elas tivessem permanecido plenamente unidas em torno do projeto anunciado. O projeto de uma via democrática para o socialismo no Chile pressupunha primeiramente a plena união e identificação das esquerdas em torno dele. No Chile, essa condição não ocorreu ou pôde ocorrer em virtude da cultura política que informava os partidos de esquerda naquela época⁵¹.

A proposta enunciada pela via chilena de uma transição democrática ao socialismo, marcada pela luta antiimperialista, pela emancipação econômica e pelo exercício de sua soberania política de fato colocava uma grande questão para a sociedade chilena: a transformação radical das estruturas nas quais ela se ancorava desde a sua independência. A proposta da nacionalização dos recursos básicos da economia, da reforma agrária, da transferência do poder aos trabalhadores e da dissolução da assembléia bicameral e a sua substituição por uma outra unicameral, a Câmara Única, indiscutivelmente alteraria a ordenação política, social e econômica de todo o país, abrindo caminho para um novo regime político-econômico. Qual seria então o papel dos militares frente a esta nova possibilidade?

⁵⁰ Alberto Aggio. "Experiência chilena e via chilena ao socialismo: um estudo crítico da cultura política da Unidad Popular no Chile (1970-1973)". *Revista de História da UNESP*. São Paulo, vol. 11, 1992.

⁵¹ Idem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

Como dito anteriormente, as Forças Armadas chilenas, a partir de 1932, galgaram uma trilha constitucional ininterrupta, por oposição aos demais países latino-americanos, e obtiveram com isso o reconhecimento de seu caráter predominantemente profissional. Este histórico constitucionalista que suportou um governo de esquerda⁵², outro de direita⁵³ e um de centro-esquerda⁵⁴ gerou o “arreglo democrático chileno”⁵⁵, uma espécie de consenso democrático que permeou amplos segmentos sociais do Chile, fazendo-os se auto-perceberem como uma sociedade especial – se comparada ao resto do seu continente – e plenamente identificada com os princípios constitucionais. Esse consenso se refletiu também no exterior, atingindo a escrita acadêmica da época e diversos intelectuais estrangeiros que apostaram sinceramente na via chilena.

Allende foi um homem que vivenciou desde cedo o “arreglo democrático” chileno e acreditou que esse consenso era partilhado por todos os chilenos, inclusive militares, em função da história política do Chile, de respeito e apreço ao legalismo. Esse consenso era exibido publicamente como o símbolo da vitória chilena sobre toda uma herança de exploração colonial, de domínio imperialista e do predomínio da exploração do homem pelo homem. Salvador Allende mitificou esse consenso na medida em que lhe atribuiu a capacidade extraordinária de resistir à mais audaciosa experiência política da história do Chile, que era implantar o socialismo democrático no Chile em meio a uma cultura política de esquerda que não estava preparada e unida suficientemente para a originalidade de sua proposta. O mito consistiu em atribuir à política chilena uma estabilidade igualmente extraordinária que seria garantida pelo inquestionável profissionalismo militar das FFAA do Chile, a despeito da guerra fria, da reação burguesa e da desunião das esquerdas chilenas diante de seu projeto.

Por fim, podemos dizer que os quarenta anos de estabilidade constitucional consolidaram a imagem do caráter profissional das Forças Armadas chilenas, integrando-as plenamente ao

⁵² Em 1938, a coalizão Frente Popular, composta por Radicais (Partido Radical), por socialistas e por comunistas, chegou ao poder através do voto e introduziu algumas reformas sociais, implementando as leis trabalhistas e incentivando a industrialização. Mais tarde, em 1970, Salvador Allende, de orientação marxista, alcança a Presidência da República nas condições já analisadas anteriormente.

⁵³ Em 1958, Alessandri, do Partido Nacional, venceu as eleições presidenciais por uma diferença de um pouco mais do que 30 mil votos por sobre a coalizão de esquerdas (o então embrião da Unidad Popular) encabeçada pelo socialista Salvador Allende.

⁵⁴ Em 1964, o candidato Frei, do PDC, só obtém a vitória, em virtude de uma aliança com o Partido Nacional, que o fez lançar-se numa candidatura única contra a coalizão de esquerdas encabeçada por Allende. Em 1970, no entanto, a disputa aberta entre as três correntes políticas do país finalmente concluiu-se pela vitória de Salvador Allende, através da coalizão de esquerdas Unidad Popular, que contou com uma margem de vitória bem próxima àquela que tinha provocado a sua derrota em 1958.

⁵⁵ Alberto Aggio. *Democracia e Socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: Ed. UNESP, 1993. Pág.169-170

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

arreglo democrático chileno. A crença obstinada no profissionalismo militar que garantiria a famosa estabilidade política chilena foi o motor e, ao mesmo tempo, um dos carrascos do Presidente Allende e de sua “via chilena” ao socialismo no Chile.

FONTES CONSULTADAS

Entrevistas* e discursos utilizados para as citações referentes ao pensamento de Allende:

1. Entrevistas concedidas aos jornalistas estrangeiros:

- Julio Scherer Garcia. *Excelsior*, México, 03-11-1970
- Arrigo Levi. *Diario La Stampa*, Milão, 05-11-1970.
- Roberto Rosselini em 1971, tomada da revista *Terceiro Mundo*, nº26, México, 1979.
- Victor Flores Olea. *Excelsior*, México, 4-4-1972:
- S.n. *El Siglo*, Santiago, 20-3-1971:
- Mario Guzman Galarza. *El dia*, México, 18-06-1971
- J. Gurriarán, 30-11-1972. No livro: *Caerá Allende?* Barcelona: Ed. Dolopesa, 1973.

*Disponibilizadas na seguinte referência: Gregorio Selser e Alejandro Witker (Orgs.). *Archivo Salvador Allende*. Santiago: Edição CDFSA, 1990. Volume XII: “Salvador Allende: de cara a la verdad / diálogos com la prensa” (1993)

2. Discursos de Allende:

- Primeira Mensagem ao Congresso Pleno. *A via chilena ao socialismo* (21-05-1970). In: Salvador Allende. *Obras escogidas:1908-1973*. Madrid: Ediciones del centro de estudios latinoamericanos Simón Bolívar/ Fundación Presidente Allende, 1992. Pág. 323-350
- Segunda Mensagem ao Congresso Pleno. 21-05-1972. In: *Obras escogidas: 1908-1973*. Madrid: Ediciones del centro de estudios latinoamericanos Simón Bolívar/ Fundación Presidente Allende, 1992. Pág. 406-448

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

- Discurso proferido em Plaza de la Revolución Jose Marti, Havana, 13-12-1972. In: Gregorio Selser e Alejandro Witker (orgs). *Archivo Salvador Allende*. Santiago: Edição CDFSA, 1990. Volume I: "América Latina: um Pueblo Continente".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. LIVROS

AGGIO, A. Socialismo e Democracia. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

_____. Experiência chilena e via chilena ao socialismo: um estudo crítico da cultura política da Unidad Popular no Chile (1970-1973). Revista de História da UNESP. São Paulo, vol. 11, 1992.

ALLENDE, Salvador. Obras escogidas: 1908-1973. Madrid: Ediciones del centro de estudios latinoamericanos Simón Bolívar/ Fundación Presidente Allende, 1992.

BOBBIO, N. et PASQUINI, G. (orgs.) Dicionário de Política. 12º edição. Brasília: Editora UnB, 1986.

CARLOS, Newton. Chile com Allende: para onde vai?. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1970.

GARCÉS, J. El estado e los problemas tacticos en el gobierno Allende. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974

JORNAL DO BRASIL. Suplemento "Tudo sobre o Chile". Rio de Janeiro, setembro de 1973.

LIEUWEN, E. et alii. Militarismo e política na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

LIEUWEN, E. Arms and politics in Latin America. Nova York, 1961.

NAMORADO, Rui. O dilema chileno. Coimbra: Ed.Centelha, 1972.

REMÓND, René (org.). Por uma história política. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996.

ROUQUIÉ, A. O Estado militar na América Latina. Trad. Leda Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SADER, Eder. Um rumor de botas: a militarização do Estado na América Latina. São Paulo: Ed. Polis, 1982

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

SELSER, Gregorio e WITKER, Alejandro (Orgs.). Archivo Salvador Allende. Santiago: Edição CDFSA, 1990. Volume XII: "Salvador Allende: de cara a la verdad / diálogos com la prensa" (1993).

SOUZA, Ana Cristina A. de. "CHILE (Golpe militar no)". In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX – As Grandes Transformações do Mundo Contemporâneo: Conflitos, Cultura e Comportamento. Rio de Janeiro: Campus. pp. 131-132.

_____. "PINOCHET (Governo)". Ibidem, pp. 677-679.

_____. "SALVADOR ALLENDE (Governo)". Ibidem, pp. 807-810.

VALENZUELA, A. e VALENZUELA, J. Samuel. Chile: politics and society. New Jersey: Transaction Books, 1976

2. INTERNET

Dossiê sobre o Chile. Disponível em: "<http://www.nsarchive.org/NSAEBB>" www.nsarchive.org/NSAEBB. Acesso em Janeiro de 2002.

CENEGRI
CENTRO DE ESTUDOS EM
GEOPOLÍTICA & RELAÇÕES
INTERNACIONAIS